

Palmeira teme que reforma piore ainda mais situação da Previdência

Utilidade e racionalidade da proposta do governo são questionadas pelo senador, para quem a Casa deverá promover as alterações que considerar necessárias



Guilherme Palmeira



Josaphat Marinho

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) manifestou ontem seu desconforto em votar a reforma da Previdência, tal como ela foi aprovada na Câmara dos Deputados. Dizendo não estar convencido da utilidade e racionalidade da proposta do governo, o senador afirmou temer que a reforma, essencial para a modernização institucional do País, acabe por prejudicar, ao invés de beneficiar, o sistema atual, por si só injusto, ineficiente e discriminador.

- As reformas são necessárias, mas que sejam feitas racionalmente e conforme o interesse da Nação, e não para dar uma demonstração de poder e força - frisou.

Para Guilherme Palmeira, o Senado Federal não pode, à semelhança das votações das outras emendas constitucionais, abster-se de fazer as modificações que julgar necessárias. Ele destacou que, antes de tudo, é preciso definir o modelo de previdência a ser adotado. Depois, é preciso estimar seus custos, o que implica examiná-lo no contexto mais amplo das reformas fiscal e tributária, disse.

Quanto à definição do modelo, Guilherme Palmeira lembrou que a Câmara sequer considerou três propostas de parlamentares, cada uma estabelecendo um modelo. A do deputado Eduardo Jorge segue a linha igualitarista dos modelos clássicos de repartição, avaliou. A do deputado Eduardo Mascarenhas, por sua vez, propõe a fórmula da capitalização, segundo a capacidade contributiva de cada cidadão. As duas são complementares, conciliação que foi feita na proposta do senador Roberto Freire (PPS-PE), assegurou Palmeira.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) salientou que o grande equívoco do Legislativo tem sido o de dar não só preferência, mas privilégio absoluto às propostas de iniciativa do Executivo. Ele lamentou que propostas parlamentares, mesmo superiores, têm sido reiteradamente prejudicadas. No mesmo sentido, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) aparteu para registrar que está havendo uma inversão, em que o Executivo tem assumido as funções legislativas.

Jucá cobra esclarecimento de Cutolo sobre denúncia

O presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, poderá ter que explicar na Comissão de Assuntos Econômicos as denúncias de que a instituição transformou-se na

"lixreira" da equipe econômica, assumindo os prejuízos dos bancos privados. Requerimento nesse sentido foi apresentado ontem pelo senador Romero Jucá. **Página 2**

Saem regras para votação do Orçamento

Parecer preliminar do senador Carlos Bezerra ao projeto de lei orçamentária para 1997 foi aprovado ontem pela Comissão de Orçamento. **Página 4**

Para Odacir, o novo ITR facilita reforma agrária

A proposta de ITR progressivo, em estudo pelo Incra, pode facilitar a execução da reforma agrária, segundo o senador Odacir Soares. **Página 7**

Benedita quer solidariedade ao Timor Leste

Página 8

Amorim defende os madeireiros de Rondônia

Página 5

Jucá quer que Cutolo explique denúncias envolvendo a Caixa

Senador refere-se a artigo do jornalista Aloysio Biondi, no qual afirma que a CEF está assumindo prejuízos dos bancos privados

O senador Romero Jucá (PFL-RR) informou que requereu ontem a convocação do presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Sérgio Cutolo, para prestar esclarecimentos na Comissão de Assuntos Econômicos sobre denúncias do jornalista Aloysio Biondi, publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* de ontem.

No entendimento do senador,



Romero Jucá

as denúncias são graves. O jornalista afirma que a CEF transformou-se na "lixreira" da equipe econômica, pois os prejuízos dos bancos privados são transferidos para a CEF assumir. Um dos casos destacados pelo senador foi o da compra, pela CEF, da carteira imobiliária do Econômico, recusada pelo Excel "porque continha créditos de difícil cobrança", conforme de-

clarou o presidente do Excel, Ezequiel Nasser, em abril deste ano.

Outra denúncia do jornalista ressaltada por Jucá foi a de que a equipe econômica realizou operação de compra de R\$ 7 bilhões em créditos do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), em mãos de quatro bancos privados, por ocasião da quebra do Banco Nacional. A própria CEF tinha então, segundo o jornalista, R\$ 5 bilhões de créditos do FCVS já vencidos.

Júlio Campos elogia a equipe do Sarah, que considera hospital de primeiro mundo

O senador Júlio Campos (PFL-MT) elogiou ontem a equipe do Hospital Sarah Kubitschek de Brasília, dirigida pelo médico Aloisio Campos da Paz, pelos bons resultados alcançados pela instituição. "O Congresso Nacional pode orgulhar-se de ter contribuído para a implantação do modelo que faz do Sarah um hospital de primeiro mundo, ao aprovar, em 1991, a sua transformação de fundação para Associação das Pioneiras Sociais", disse o senador.

- O padrão de eficiência do Sarah é reconhecido internacionalmente, inclusive pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que o classificou como centro de referência para doenças do aparelho locomotor - afirmou Júlio Campos, acrescentando que, no Brasil, o desempenho do Sarah pode ser comparado apenas aos do Instituto do Coração e do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Ao fazer um histórico da

instituição, Júlio Campos destacou que o hospital, dotado de aparelhagem de última geração e onde toda a assistência é gratuita, na verdade é uma rede "de hospitais que, partindo de Brasília, estendeu-se por várias cidades - São Luís, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Campinas e Curitiba -, onde outras unidades se encontram em diferentes estágios de implantação e funcionamento".

EFICIÊNCIA

Salientando que "o Hospital Sarah é tido como uma ilha de eficiência num setor no qual o poder público tem contabilizado, nos últimos anos, apenas pontos negativos", o senador por Mato Grosso disse que, "quando toda a Rede Sarah estiver montada, essa ilha de eficiência terá 1.380 leitos para atender desde doenças simples, como ruptura de ligamentos nos tornozelos, até a reabilitação de vítimas de paralisia



Júlio Campos

cerebral ou lesões na medula".

Júlio Campos disse também que o Legislativo, ao definir o futuro do Sarah, "forneceu um modelo de gestão hospitalar para o País".

e, conforme acentuou, "já é hora de se entender que o modelo está posto; faz algum tempo que no Brasil só se fala em saúde para dizer que está falida".

- Nesse contexto, o exemplo do Hospital Sara Kubitschek precisa ser destacado. No momento em que tentamos livrar-nos do Estado gigantesco e ineficiente que foi montado nas décadas de 60 e 70, os resultados da transformação da Fundação das Pioneiras Sociais em associação podem indicar um primeiro e decisivo passo da modernização do combalido setor da saúde - frisou.

Sarney pede informações sobre a Vale

O senador José Sarney (PMDB-AP) quer conhecer a justificativa do governo para a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Com esse objetivo, pediu à Comissão Diretora do Programa de Desestatização esclarecimentos sobre a companhia, suas subsidiárias, controladoras e coligadas. O requerimento de informações, já aprovado pela Mesa Diretora do Senado, será enviado hoje.

No documento, Sarney pergunta qual é o percentual do capital da empresa, o passivo de curto e longo prazos, o ativo depositado em instituições financeiras e a situação financeira da Vale, nos últimos cinco exercícios. Nesse caso, pede que se especifiquem lucros ou prejuízos, endividamentos interno e externo.

O senador quer saber também o valor de pagamentos de dividendos feitos pela companhia à União e o aporte de recursos à conta de capital, providos direta ou indiretamente pelo erário público.

Entre outros esclarecimentos, José Sarney pediu, ainda, a definição do percentual da aplicação dos recursos provenientes da alienação, prioritariamente, nos estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Sergipe, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

Calheiros vê alternativas a contrato temporário

Na França, segundo ele, a redução dos encargos trabalhistas não surtiu o efeito esperado de crescimento da oferta de trabalho. O senador chama a atenção para outras políticas possíveis

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) recomendou ontem cautela aos parlamentares na análise de projeto de lei do governo que dispõe sobre contrato temporário de trabalho. Ele pediu uma reflexão cuidadosa sobre os resultados de políticas de flexibilização adotadas por governos estrangeiros.

Calheiros referiu-se, a propósito, à experiência francesa, segundo ele, rica em ensinamentos. "No ano passado, o presidente Jacques Chirac criticou as empresas que simplesmente embolsaram o dinheiro da redução dos encargos, sem cumprir os compromissos de multiplicar as oportunidades de novos empregos", observou.

O senador atribuiu à sobrevalorização cambial do

O senador Renan Calheiros também defendeu ontem o fortalecimento do Proálcool



início do Plano Real a queda do nível de atividade econômica no País. Para o senador, "os indesejáveis efeitos sobre o salário são reflexos de decisões de política monetária e cambial, sem qualquer relação, portanto, com os custos de mão-de-obra.

Como alternativas para minimizar a questão do desemprego, Renan Calheiros citou algumas propostas discutidas por sindicalistas, empresários, técnicos,

acadêmicos e militantes de organizações não-governamentais (ONGs) durante o seminário "O Plano Real e o Desemprego", realizado em São Paulo.

Entre as propostas debatidas no seminário estão o auxílio às micro e pequenas empresas, ao setor agroindustrial e à agricultura familiar; a elevação geral do nível de qualidade dos sistemas educacionais e de capacitação profissional; a limitação da jornada

de trabalho e restrições à prática de horas extras; o desenvolvimento das indústrias transformadoras de biomassa e a multiplicação das parcerias entre o poder público e as ONGs, principalmente aquelas voltadas à prestação de serviços sociais.

Renan Calheiros também defendeu o fortalecimento do Proálcool, que, salientou, representa a solução para o problema do desemprego no Nordeste, além de ser uma ótima alternativa energética.

- O desemprego provocado pelo fechamento das principais usinas alagoanas torna ainda mais desesperador o quadro social desse estado pequeno e pobre, que hoje luta para livrar-se da insolvência - disse.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) pediu ontem aos senadores que votem o mais rápido possível o projeto que cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), novo órgão que vai cuidar da regulamentação e fiscalização do setor, em substituição ao atual Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee). Para ele, a Aneel tem de ser criada para cuidar do novo modelo de energia do País, onde a geração ficará por conta de empresas privadas.

Relator no Senado do projeto da nova agência, Fogaça destacou que,

José Fogaça tem pressa na criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)



Sem aumento na oferta de energia não haverá crescimento, adverte o senador José Fogaça

sem aumento da oferta de energia elétrica no País, não haverá condições mínimas para o crescimento econômico. A seu ver, a Aneel é fundamental para o setor privado investir em energia elétrica.

O senador lembrou que a Aneel será um órgão regulador inédito no País, porque ficará desvinculado do governo. Seus diretores serão indicados pelo presidente da República, os quais devem ser apro-

vados pelo Senado, não podendo ser demitidos. O mandato será de quatro anos e, depois que deixarem a Agência, os diretores terão de cumprir um prazo antes de aceitar emprego no setor de energia elétrica.

- Hoje, a falta de investimento estatal no setor de energia pode nos levar a um colapso. Percebe-se claramente que só com o capital privado será possível ampliar a oferta de eletricidade. E com a total mudança do setor, só uma agência independente poderá regular a área. Essa agência elimina o clientelismo e cria uma parceria entre o Estado e a iniciativa privada - disse Fogaça.

Definidas as regras para o Orçamento de 97

Comissão aprovou ontem o parecer preliminar do senador Carlos Bezerra ao projeto de lei orçamentária relativo ao próximo ano, com parâmetros e critérios para as emendas

O parecer preliminar oferecido pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) ao projeto de lei orçamentária para 1997 foi aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento. O parecer traz parâmetros e critérios para a apresentação das emendas ao projeto de lei de Orçamento do próximo ano, e para a elaboração de pareceres pelas relatorias setoriais e geral.

Conforme afirmou o presidente da comissão, deputado José Sarney Filho (PFL-MA), o parecer representa um avanço e resultou de consenso das lideranças, precedido por ampla discussão.

O Orçamento do próxi-

mo ano é estimado em R\$ 430 bilhões, mas, subtraindo-se desse montante o valor da rolagem das dívidas, os recursos ficarão em torno de R\$ 212 bilhões.

Carlos Bezerra admitiu que o item mais polêmico do seu relatório diz respeito à utilização de medidas provisórias para o remanejamento de aproximadamente R\$ 2 bilhões. O texto aprovado diz que "a Relatoria-Geral poderá considerar receitas condicionadas à aprovação de medidas provisórias adotadas até 30 de agosto deste ano".



Carlos Bezerra

O Executivo afirma que esses recursos já foram computados em sua proposta encaminhada ao Congresso, enquanto a assessoria da comissão entende o contrário.

Foram fixados os prazos dos trabalhos até a aprovação do parecer geral: a apresentação de emendas poderá ser feita a partir de hoje (dia 18) e até 1º de no-

vembro; a distribuição dos avulsos será feita até 6 de novembro; os relatórios setoriais deverão ficar prontos até 21 de novembro, e o relatório final, até 4 de dezembro.

O deputado Sarney Filho afirmou que esses prazos terão de ser cumpridos "impreterivelmente". Ele disse que não será dado "nem um minuto a mais" para a apresentação de emendas e os relatores que não obedecerem ao calendário "serão substituídos na hora". Esse esforço, segundo o presidente da comissão, permitirá que o relatório final seja entregue à Mesa do Congresso no dia 9 de dezembro, para discussão e votação.

Comissão mista aprova créditos suplementares

Em sua reunião de ontem, a Comissão Mista de Orçamento aprovou também pareceres favoráveis a projetos de lei que autorizam o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar para diversos órgãos, com destaque para o Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), que deverá receber R\$ 50,7 milhões. Esses recursos são para atender despesas com o contingente militar brasileiro, integrante da Força de Paz da ONU, que atua no processo de pacificação política em Angola.

Os demais créditos suplementares aprovados são os seguintes: R\$ 936,5 milhões para os es-

tados, Distrito Federal e municípios; R\$ 26,5 milhões para a Câmara dos Deputados; R\$ 19 milhões para o Ministério dos Transportes aplicar na recuperação da BR-364, no estado de Rondônia.

Foram aprovados ainda pareceres a projetos que abrem ao Orçamento de Investimento créditos suplementares de R\$ 30,9 milhões para a Companhia Docas do Rio de Janeiro, e ao Orçamento da Seguridade Social da União, R\$ 1,1 milhão em favor do Gabinete do ministro extraordinário dos Esportes.

Essas autorizações serão submetidas ainda ao plenário do Congresso Nacional.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Cabral condena projeto prejudicial ao gás

Proposta do governo retira do Amazonas recursos essenciais ao atendimento dos problemas do estado e coloca em risco o aproveitamento do gás de Urucu, alerta senador

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) informou ontem que vai apresentar emenda para suprimir o artigo 52 do projeto de lei apresentado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para disciplinar as atividades econômicas relativas ao monopólio do petróleo. O parlamentar disse que esse artigo inviabiliza a distribuição exclusiva de gás pelos estados e permite à Petrobrás subtrair dessas unidades da Federação significativo patrimônio. Ele afirmou que, com isso, o Amazonas perderá recursos essenciais para o atendimento de seus problemas sociais.

- No caso do Amazonas, a subtração da exclusividade na

distribuição é muito mais grave e prejudicial, uma vez que o estado sofre hoje grandes entraves em seu desenvolvimento em razão da falta de energia confiável - disse o senador. - Isso está criando dificuldades para a implantação de unidades de geração de energia via aproveitamento do gás, pois, se a Petrobrás vier a assumir o monopólio dessa energia, será certamente fechada a participação do setor privado nesses projetos.

Conforme Bernardo Cabral, o projeto do governo coloca em risco o aproveitamento do gás de Urucu, uma das maiores reservas de gás natural do Brasil e que já responde por mais



Bernardo Cabral

de 25% das reservas do País. Ele explicou que o aproveitamento dessa energia permite

que o Amazonas evite a construção de hidrelétricas, que, ao provocarem a inundação de áreas gigantescas, produzem lastimáveis danos ecológicos.

- Nós que vivemos acossados pelos assessores da área econômica, que não conhecem as dificuldades locais, nem as peculiaridades regionais, vemos que, não satisfeitos com o que já fazem, resolveram embutir, de forma solerte, este artigo 52 no projeto de lei. E eu vou apresentar emenda supressiva deste dispositivo. Toda vez que se tentar atingir o Amazonas, vão encontrar em mim um opositor - afirmou Cabral.

Amorim diz que Ibama não respeita acordo e atrapalha os madeireiros

"Para não ser ilegal, só há uma possibilidade ao madeireiro de Rondônia: fechar as portas", afirmou ontem o senador Ernandes Amorim (PMDB-RO), ao sustentar que, mantendo-se a Medida Provisória 1.511/96 e a Resolução 001/96, que limitam o corte de madeira, só restará aos trabalhadores da região a desobediência à lei.

- Eu desejo que o presidente do Ibama e o presidente da República procurem entender que a questão de Rondônia é totalmente diferente do resto da Amazônia - argumentou Amorim. - O Amazonas tem uma capital que lhe dá sustentação econômica, ao contrário de Rondônia, que é um estado que precisa de li-



Ernandes Amorim

berdade para o seu povo trabalhar, usando seus recursos naturais.

Conforme Amorim, "Rondônia está à beira do caos porque o acordo firmado com o Ibama para contornar as drásticas conseqüências da medida provisória e da resolução não está sendo cumprido". Ele se referia ao enten-

dimento a que chegaram industriais do estado e representantes do Ibama para que fosse desobstruída a BR-364, interdita há poucos dias numa reação da população contra as medidas do chamado pacote ecológico do governo.

- O que resta é perguntar por que o sr. presidente do Ibama não consegue fazer com que um acordo firmado pelo órgão seja respeitado pela fiscalização.

Ernandes Amorim afirmou ainda que essas medidas representam uma verdadeira armadilha para o povo de Rondônia.

- Essas são regras burras, que não ponderam as especificidades regionais e são o principal entrave à atividade econômica da população - advertiu.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical
Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz
Antena - 3,6 m
LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
Receptor de Vídeo/Audio Digital
NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S
Integrated Receiver/Decoder (IRD)
Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)
Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600
Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Simon defende plebiscito junto com eleição

Pela proposta do senador, eleitores definirão ao votar se concordam com uma revisão constitucional a ser promovida pelos parlamentares escolhidos no próximo pleito

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que sua proposta de emenda constitucional que prevê plebiscito para uma revisão constitucional "não vai dificultar a emenda da reeleição de presidente da República e nem as reformas constitucionais em discussão no Congresso". Simon informou que pretende se encontrar com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, para explicar detalhadamente sua proposta.

- Minha emenda visa ao futuro. É para fortalecer o sistema partidário e dar força à nossa Constituição, pois o povo irá dizer sim ou não aos pontos polêmicos da nossa Carta. Meu objetivo, depois de fazer um plebiscito para decidir se a Constituição deve ter uma revisão, é perguntar às pessoas: vocês aceitam ou não o aborto? Vocês concordam ou não com a pena de morte? - explicou o senador.

Pela proposta de Simon, que foi apresentada com o apoio de 40 senadores, será realizado um plebiscito no mesmo dia das próximas eleições, quando os eleitores dirão se concordam ou não em que os parlamentares a serem eleitos devam fazer uma revisão constitucional. Se concordarem, a revisão terá de ser feita em um ano e os pontos polêmicos serão levados a referendo popular.

Depois de promulgadas as emendas aprovadas em referendo, os deputados e sena-



Pedro Simon

dores terão seis meses para se decidir definitivamente por um partido político. Depois disso, não poderão mudar de legenda. "O mandato passará a pertencer ao partido. Quem trocar de partido, perderá o mandato", se-



Elcio Alvares

gundo Pedro Simon.

Em aparte, o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), apoiou a emenda de Simon e lamentou que os parlamentares tenham mudado tantas vezes de partido sem punição.

"Por coisas desse tipo é que nosso sistema partidário não está sólido. E partido fraco enfraquece o sistema democrático", observou Elcio Alvares. O líder do governo disse ter ficado estarelecido com a notícia de que mais da metade do atual Congresso já mudou de partido.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) também apoiou Simon e opinou que a atual legislação partidária "é liberal demais". Para Fogaça, querer reeleição com partidos políticos fragilizados "é uma rota de risco".

Acre não é só violência, observa Marina

A senadora Marina Silva (PT-AC) pediu ontem a transcrição nos Anais do Senado do artigo *Acre, o Estado do Medo*, assinado pelo subprocurador-geral da República Wagner Gonçalves e que relata casos de violência, arbítrio, cumplicidade e omissão praticados naquela unidade da Federação. Ao elogiar o artigo, a senadora mencionou a precisão com que o articulista se referiu ao sentimento de terror que domina a população daquele estado, mas ressaltou que "no Acre não existe apenas violência".

- Para que não se perpetue essa imagem de que o estado só protagoniza episódios lamentáveis, é preciso que se diga que o Acre não é apenas a terra do medo, mas também



Marina Silva

da esperança. Temos uma população batalhadora, que conseguiu esse território da Bolívia a duras penas, quando as terras acreanas foram anexadas ao Brasil. Nós somos um povo pacífico, que trabalha e que já contribuiu com 40% das exportações brasileiras, no auge da economia extrativista da borracha - afirmou.

Marina Silva lamentou o fato de que o resultado das

riquezas ali produzidas não ficou no estado, apesar da competência e criatividade empenhadas pelo povo acreano no desenvolvimento de sua economia. Otimista, a senadora disse que um bom presságio do futuro no Acre está na eleição de Júlio Barbosa, primo do líder seringueiro Chico Mendes, para a prefeitura de Xapuri.

- Se Deus quiser, ele fará um bom trabalho, respeitando as populações tradicionais e preservando o meio ambiente. Minhas palavras se devem ao fato de que devemos falar das rosas, mas não temos como omitir os espinhos, até porque muitas vezes eles são enfiados em nossa garganta - ressaltou a senadora.

Odacir diz que novo ITR facilitará reforma

Com a reformulação do Imposto Territorial Rural, proposta pelo Incra, o tributo se tornará progressivo e incidirá mais fortemente em propriedades improdutivoas, segundo o senador

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que a nova legislação do Imposto Territorial Rural (ITR), em elaboração no Incra, deve receber o melhor tratamento e toda a atenção dos parlamentares, quando for apresentada ao Congresso. Para ele, as medidas ali contidas poderão facilitar a reforma agrária no País.

Ele disse que o objetivo do projeto em estudo pelo Incra é fazer com que o ITR se torne progressivo, incidindo mais fortemente sobre as propriedades improdutivoas. Esse procedimento, a seu ver, concorrerá para que a União possa desapropriar terras ociosas com a finalidade de promover a reforma agrária.



Odacir Soares

Segundo o senador por Rondônia, "quanto maior o estabelecimento agrícola, maior é a proporção improdutivo de suas terras". Assim, conforme explicou, enquanto os pequenos produtores lavram 65% das suas propriedades, os donos de áreas maiores do que 10 mil hectares lavram

apenas 2,3% de suas glebas.

- Com a reformulação do Imposto Territorial Rural, a pressão de oferta de terras potencialmente produtivas ganhará força - garantiu Odacir Soares, acreditando que, em menos de uma década, as terras ociosas acabarão confiscadas pelo novo ITR.

Odacir Soares advertiu, entretanto, ser necessário entender-se que o conceito de reforma agrária não se esgota na simples distribuição de terras, "mas exige o ingrediente da reforma agrícola, para culminar numa economia de mercado e não na lavoura de subsistência, sem renda e sem bem-estar social no campo".

Pesca precisa de incentivos, alerta Loyola

O senador Henrique Loyola (PMDB-SC) dirigiu ontem apelo às autoridades econômicas para que sejam concedidos incentivos à atividade



Loyola

pesqueira no Brasil, a exemplo do que é oferecido ao setor em outros países. Ele citou o Uruguai, onde o óleo diesel utilizado por barcos de pesca é vendido com subsídio, a US\$ 200 a tonelada, enquanto no Brasil o mesmo combustível chega a custar US\$ 340.

- No Brasil, a pesca, de tão abandonada pelas autoridades da área econômica, quase chega a ser uma atividade maldita. Tenho absoluta convicção de que os pescadores e empresários do setor, operando em condições de igualdade com seus concorrentes internacionais, em pouco tempo estarão retribuindo o apoio do governo com a geração de empregos e de riquezas - afirmou.

Segundo o senador, com a extinção da Sudepe acreditava-se que o setor viesse a ter um melhor tratamento devido a sua importância, mas, frisou, o Ibama, órgão que passou a gerenciar a atividade pesqueira, não dispõe de recursos e vem criando obstáculos para o setor.

- Pescadores e industriais do setor acusam o Ibama de dificultar a renovação das frotas de empresas nacionais, ao mesmo tempo em que, sistematicamente, vem concedendo licenças de pesca para navios de bandeira estrangeira. Além disso, muitas embarcações estrangeiras que operam em águas brasileiras são de arrasto, embora o órgão não mais permita construir barcos de arrasto e cerco no País - disse.

Idéias de americano sobre divisão de terras atraem Lúcio Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou ontem em plenário artigo do jornalista Clóvis Rossi, do jornal *Folha de S. Paulo*, de 14 de setembro, sob o título "Para envergonhar mais", em que este comenta uma palestra realizada pelo professor norte-americano Albert Fishlow, durante conferência sobre desenvolvimento patrocinada pelo BID, em Washington. Fishlow defende a reforma agrária como um dos instrumentos a serem utilizados para a redução da má distribuição de renda na América Latina, a seu ver, a pior do mundo.

Alcântara disse que o pesquisador constatou que uma alocação mais justa da terra

pode servir como importante estímulo para um desenvolvimento sustentável da América Latina e lamentou que a reforma agrária pareça "aguardar guerra ou revolução" para se impor.

Segundo o senador, Fishlow acha que a recuperação do crescimento latino-americano exige estabilidade e uma economia aberta e competitiva, mas exige também um papel mais restrito, porém ainda crítico, do setor público. O professor considera, ainda, que uma das grandes tragédias da década de 80 não foi apenas a pobre performance econômica da região, mas também as reduções dos gastos governamentais, que atingiram mais os mais pobres.

- Os latino-americanos de



Lúcio Alcântara

renda mais elevada puderam pagar por saúde, educação e outros serviços privados, o que aprofundou a brecha inicial entre os que têm e os que não têm - disse o senador, citando Fishlow.

Benedita da Silva propõe moção de solidariedade ao povo do Timor Leste

Luta armada no pequeno país de língua portuguesa tem mais de 20 anos, diz senadora, que destacou a figura do líder Xanana Gusmão

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) anunciou ontem que vai apresentar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado uma moção de solidariedade ao povo do Timor Leste, cujos líderes dom Carlos Felipe Ximenes Belo e José Ramos-Horta receberam o prêmio Nobel da Paz deste ano, "por seu trabalho na busca de uma solução justa e pacífica para o conflito armado naquela região".

Benedita da Silva lembrou que a luta armada no Timor Leste completou mais de 20 anos, desde que, segundo disse, "a Indonésia, auxiliada por outras potências, invadiu aquela ilha com o fim de dominá-la



Benedita da Silva

e passá-la para o jugo de um regime de opressão militar". De uma população de aproximadamente 800 mil habitantes, cerca de 200 mil já foram mortos, afirmou.

Ela destacou também a figura do líder Xanana Gusmão, que se encontra preso, após ser julgado sumariamente por um tribunal da Indonésia e condenado a 20 anos de prisão. "Creio que o mundo

acordou para a causa timorense. A indiferença e o descaço dos países, mormente do Brasil, país também de língua portuguesa, não seria mais aceitável frente à luta contra a ocupação ilegal do Timor Leste", disse.

- O Timor Leste é uma ilha ao norte da Austrália, região rica em petróleo, cujos habitantes são nossos irmãos de língua. Foi colonizada por volta de 1600 por Portugal, toda a sua cultura e sua história moderna e contemporânea estão assentadas na secular colonização lusitana - acentuou. Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) apoiou o discurso da senadora e condenou o massacre e a perseguição ao povo do Timor Leste.



Roberto Freire

Freire destaca homenagem a Milton Santos

O senador Roberto Freire (PPS-PE) destacou homenagem que a Universidade de São Paulo prestou ao professor Milton Santos, que, segundo o parlamentar, é um dos mais importantes geógrafos do País, conhecido em todo o mundo.

- Milton Santos, um homem que ganhou os meios intelectuais de todos os continentes, tem como principal característica ser cosmopolita sem perder a identidade com o seu povo, com o seu país. Consegue ao mesmo tempo pensar as grandes transformações do mundo, sem se descomprometer com o simples cidadão, com o ideal de justiça, com o princípio da solidariedade entre as pessoas - assinalou.

De acordo com Roberto Freire, o "espírito irrequieto e brilhante" de Milton Santos é útil também para entender fenômenos no campo da política. "Vem dele o alerta, por exemplo, de que perigosamente os partidos, além de contarem com poucos intelectuais, não querem ser mais políticos, mas, sim, meras legiões eleitorais", disse.

Jonas quer valorização do trabalho dos agrônomos

A valorização da atividade dos engenheiros agrônomos foi defendida pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), ao homenagear esses profissionais pela passagem, no último dia 12, da data a eles de-



Jonas Pinheiro

dicada. "É com preocupação que constatamos que os engenheiros agrônomos nem sempre vêm recebendo o reconhecimento devido pelos valiosos

trabalhos que desenvolvem", disse ele.

Nos próprios órgãos públicos, conforme o senador, esses profissionais, na maioria das vezes, não recebem incentivos e não têm as mínimas condições de trabalho, "chegando a receber, em muitos casos, salários que são absolutamente irrisórios, incompatíveis com suas capacidades".

- Os engenheiros agrônomos,

por receberem no seu processo de formação acadêmica conhecimentos de sociologia rural, de comunicação e de extensão rural, são profissionais que têm amplas condições de conhecer e interpretar a realidade rural, sob o prisma humano, de entender de maneira mais clara a dinâmica social no campo e, assim, apoiar suas formas associativas e melhor se inter-relacionar com os agricultores e suas famílias - acentuou.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JÚLIO CAMPOS, ERNANDES AMORIM, RENAN CALHEIROS, VALMIR CAMPELO, FRANCELINO PEREIRA E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal